



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Direitos geracionais.

Programa Infância e Adolescência: 30 anos promovendo direitos infantojuvenis

Amanda Cristina Ribeiro da Costa¹

Ana Letícia da Costa Praia²

Danielli da Silva Cecim³

Vanessa Dias Pantoja⁴

Resumo: O presente artigo faz uma análise reflexiva sobre a atuação do Programa Infância e Adolescência (PIA), em seus trinta anos de existência e luta em favor dos direitos de crianças e adolescentes. O estudo apresenta um percurso histórico das ações desenvolvidas pelo referido programa de extensão universitária desde a sua criação, na década de 1990, até os dias atuais. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental na instituição, com uma abordagem quanti-qualitativa dos dados. Os resultados da pesquisa mostram que a conjuntura política do país refletiu nas ações desenvolvidas pelo PIA em seus projetos. Destaca-se que as atividades realizadas pelo Programa viabilizam uma interação dialógica, possibilitando o compartilhamento de experiências entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Direitos. Infância e Adolescência. PIA.

Programa Infância e Adolescência: 30 years promoting children's and adolescents' rights

Abstract: This article carries out a reflective analysis about Programa Infância e Adolescência (PIA) performance, in its 30 years of existence and struggle in favor of the children's and adolescents' rights. The study provides an historical path of actions developed by the university extension program since its inception, in the 1990s, until the current days. The data collection was executed by documental research in the institution, with a quanti-qualitative approach. The research results show that the country's political situation was reflected in the developed actions by PIA's projects. It is worthy to emphasize that activities undertaken by the program enable a dialogical interaction, allowing an experience sharing between university and society.

Keywords: University extension. Rights. Children and adolescents. PIA.

¹ Doutora e Mestre em Psicologia (Teoria e Psicologia do Comportamento). Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Programa Infância e Adolescência (PIA/UFPA). E-mail: amandacostaufpa@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Mestre em Psicologia (Teoria e Psicologia do Comportamento). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Programa Infância e Adolescência (PIA/UFPA). E-mail: ticiacosta.lc@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Especialista em infância, família e políticas sociais na Amazônia pela UFPA. Assistente Social da Faculdade de Serviço Social da UFPA. Pesquisadora do Programa Infância e Adolescência (PIA/UFPA). E-mail: danielli@ufpa.br

⁴ Mestre em Psicologia (Teoria e Psicologia do Comportamento). Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Programa Infância e Adolescência (PIA/UFPA). E-mail: vanessad.pantoja@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980 ocorreram diversas manifestações da sociedade civil organizada em busca da garantia de direitos de crianças e adolescentes e contra o velho modelo assistencialista e repressivo imposto pelo Código de Menores, o que resultou na elaboração de projetos alternativos de atendimento à infância e juventude. Estes foram amplamente divulgados no 1º Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1984, em Brasília (BUVINICH et al., 1998).

Em 1985 fundou-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) que tinha por finalidade construir ações que levassem a transformação da realidade das crianças e adolescentes no país (idem). Neste mesmo ano a convocação da Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Carta Constitucional para o país movimentava o cenário político. A sociedade civil que lutava em prol desta questão participou por meio do movimento denominado “A Criança e a Constituinte”.

A Comissão Nacional “A Criança e a Constituinte” foi criada em setembro de 1986. Faziam parte desta comissão representantes dos ministérios da educação, saúde, previdência social, justiça trabalho e planejamento, que participaram de audiências públicas dos grupos de trabalho encarregados das áreas temáticas do texto constitucional (BUVINICH et al., 1998). A grande mobilização da sociedade civil possibilitou a incorporação dos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas na nova Constituição do Brasil.

Após a aprovação das emendas na Constituição, vários segmentos da sociedade, através do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), focaram na construção de uma nova lei, que defendesse o desenvolvimento integral de toda e qualquer criança e adolescente brasileiro, resultando na aprovação unânime do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8069, sancionada em 13 de julho de 1990 pelo Presidente da República (idem).

No ECA, crianças e adolescentes são apresentados como sujeitos de direitos e que se encontram em situação peculiar de desenvolvimento. Além disso, baseada em uma Doutrina de Proteção Integral, a referida Lei estabelece medidas e instrumentos para a promoção do desenvolvimento integral destes. Essa proteção integral é de

responsabilidade da família, Estado e sociedade, os quais devem assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Conforme Oliveira (2014), para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes tal como disposto no ECA, foi necessária a elaboração de diversos instrumentos normativos, assim como a reformulação e/ou criação de órgãos nos três eixos contidos no Sistema de Garantia de Direitos (SGD): defesa, promoção e controle.

Entre outros órgãos que atuam em defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, encontram-se as instituições de ensino superior, a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), que criam instrumentos de intervenção junto à sociedade orientados por esse propósito. Dentre esses instrumentos podemos citar os programas e projetos que desenvolvem atividades extensionistas que objetivam promover a troca de conhecimentos entre a comunidade e a universidade. Nesse âmbito, a Extensão Universitária, apresenta-se como uma importante ferramenta para a construção e fortalecimento da relação entre Estado e Sociedade, possibilitando aos cidadãos o acesso a informações sobre os direitos previstos em leis.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

No início do século XX as universidades criadas no Brasil se tornaram uma síntese dos modelos europeus de educação superior. Assim, houve uma prevalência das atividades de ensino, uma vez que o seu objetivo não era a produção, tampouco a extensão do saber, mas apenas atender a nova elite do país que se delineava (GONÇALVES, 2004).

A partir da década de 1930, a relação universidade/elite, efetivada através da extensão, é formalizada no Estatuto da Universidade Brasileira. Segundo este documento, a extensão deveria ser desenvolvida através de cursos e conferências, priorizando a difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, assim como a solução de problemas sociais e a propagação de ideias e princípios que preservassem os interesses nacionais (UNIMEP, 2000).

Durantes os anos de 1960, professores e estudantes universitários brasileiros realizaram diversas reivindicações, nas quais propunham um novo modelo de universidade, onde a extensão fosse compreendida como um mecanismo de diálogo com a sociedade (idem). Todavia, a reforma universitária de 1968, já no período da ditadura militar, ignorou as referidas reivindicações, prevalecendo a orientação do Estado, que colocou a extensão no contexto de um projeto de universidade adaptada ao Estado de Segurança Nacional.

Em 1975, uma avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC) junto a 24 (vinte e quatro) universidades federais indicou que a extensão tinha sido desenvolvida através de cursos, seminários, prestação de serviços e programas de ação comunitária e que essas atividades estavam distanciadas do ensino e da pesquisa (idem). Nesse mesmo ano, o MEC elaborou um novo plano de trabalho – Plano de Trabalho de Extensão Universitária - que compreendia a extensão como meio através do qual a universidade atende a outras instituições e a população e, por outro lado, recebe retroalimentação para o ensino e a pesquisa. De acordo com essa mesma orientação, o CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras) definiu as atividades de extensão segundo três ideias básicas: prestação de serviços à comunidade, realimentação da universidade e, em decorrência, a integração de ambas (MEC, 1975).

Contudo, somente a partir dos anos de 1990, com a abertura democrática do Brasil, a extensão universitária passou a se apresentar como uma das possibilidades de aproximação da universidade à comunidade, buscando dialogar com os diferentes saberes externos ao campo acadêmico e redefinindo seu papel na relação com a sociedade brasileira (TOSCANO, 2009). Isso retrata outro fazer universitário, pautado numa proposta de formação cidadã, pois as práticas extensionistas identificam os espaços externos à academia como locais de aprendizagens permanentes e inovadores. Nota-se neste momento, forte relação da extensão universitária com os princípios e valores defendidos e difundidos com a promulgação da Constituição Federal (1988).

Seguindo a linha do tempo, no início dos anos 2000 foi aprovado o Plano Nacional de Extensão Universitária (2000), a Extensão Universitária é definida como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Nesse sentido, percebe-se o papel desenvolvido pela extensão, que é o de proporcionar

à universidade o contato com a realidade brasileira, gerando troca de conhecimento, que submetidos a uma reflexão teórica, gerará resultados mútuos.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a Extensão Universitária passa a compor sua estrutura a partir da década de 1970, sendo a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) a unidade da UFPA responsável pela definição das políticas e elaboração de metas para a extensão em consonância com as diretrizes nacionais, com os fóruns de extensão e as políticas da Instituição, cabendo-lhe a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das atividades de extensão.

A Extensão Universitária da UFPA possui oito áreas temáticas que deverão nortear as proposições de programas e projetos por professores, técnicos e estudantes dos campi da UFPA: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e, por fim, o eixo Trabalho. Atualmente, a UFPA dispõe de mais de 65 (sessenta e cinco) programas de extensão e 513 (quinhentos e treze) projetos de extensão dispostos em suas oito áreas temáticas em todos os seus campi (UFPA, 2022).

Considerando a perspectiva de extensão universitária abordada e compreendida dentro da UFPA, vale ressaltar a importância das atividades de extensão desenvolvidas na Faculdade de Serviço Social (FASS) da referida universidade, que atualmente possui 05 (cinco) programas e 09 (nove) projetos de extensão vigentes. Entre estes Programas, destaca-se neste artigo o Programa Infância e Adolescência, atualmente o único programa existente na Faculdade de Serviço Social que discute a temática Infância e Adolescência.

3 PROGRAMA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: 30 ANOS DE HISTÓRIA

No início dos anos 1990, na UFPA, em meio a um cenário marcado por crise e pela conseqüente mobilização popular, é apresentada ao antigo Serviço de Prática de Serviço Social (SEPRASS) – atual Coordenação de Ensino da Prática em Serviço Social (CEPRASS) - a proposta de criação do programa de extensão intitulado “Programa Infância e Adolescência (PIA): uma proposta de intervenção”, sob a coordenação da Professora Helene Silva de Azevedo Carvalho. Este projeto foi criado para discutir formas particulares de expressão da questão social na área da Infância e

Adolescência, visando estimular e subsidiar ações, programas e serviços junto a este segmento, sobretudo crianças, adolescentes e famílias que vivem em situação vulnerabilidade social (PIA, 1991).

A criação do PIA justificou-se pelo agravamento das condições materiais de existência da maior parte da população brasileira, gerado pela ausência de uma política econômica eficaz para o país, o que culminou em consequências sociais dramáticas típicas de um modelo concentracionista de renda. Neste sentido, é despertada a preocupação de profissionais e de segmentos da sociedade civil organizada para se debruçar sobre a problemática da infância e adolescência, haja vista que crianças e adolescentes são os sujeitos diretamente afetados nesse contexto, dada sua condição peculiar de desenvolvimento (PIA, 1991). Percebe-se que a justificativa apresentada no projeto surge como uma estratégia para, no contexto regional, enfrentar o quadro de desigualdade social predominante no país.

O “Programa Infância e Adolescência: uma proposta de intervenção”, foi apresentado tendo como objetivo geral: Refletir no âmbito da Universidade Federal do Pará e do curso de Serviço Social, a problemática da criança e do adolescente, de modo a encontrar formas diversas de intervenção na realidade social. Os objetivos específicos eram: identificar grupos, na universidade e fora dela, que estivessem trabalhando com a temática infância e adolescência, para intercâmbio e troca de experiência; propor e realizar estudos sobre a problemática da criança e do adolescente que resultem em propostas de intervenção; coletar e elaborar documentação bibliográfica sobre a criança e o adolescente para formação do acervo; realizar cooperação com instituições e movimentos sociais em forma de assessoria pedagógica, promoção de eventos, publicações, etc.; promover seminários, encontros, etc., que atinjam tanto docentes, discentes, como funcionários técnico-administrativos; orientar e acompanhar estudantes de serviço social nos estágios curriculares incentivando a consciência crítica do aluno para a questão social da infância e da adolescência; identificar fontes de recursos financeiros para apoio ao projeto (PIA, 1991).

Em 1992, a Resolução 2.029, de 1º de outubro, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) aprovou a criação do PIA no âmbito da UFPA, legitimando o estabelecimento de parcerias institucionais em pesquisas e trabalhos desenvolvidos na área da infância e adolescência. Neste mesmo ano houve a integração

de novos membros à equipe do programa, sendo estas a Professora Stela Maria Lima de Menezes e a socióloga Maria Luiza Nobre Lamarão.

Ressalta-se, que embora o programa possuísse uma proposta definida, ainda não havia se consolidado como tal, devido dispor de uma equipe reduzida, o que dificultou o encaminhamento de novas ações e o aperfeiçoamento daquelas existentes. A escassez de recursos humanos é reflexo da conjuntura do país, marcada pela falta de investimento na área da educação, em decorrência da crise econômica instaurada. Outro entrave, que também é reflexo dessa conjuntura, é a ausência de recursos financeiros que garantissem a execução das ações desenvolvidas pelo programa (PIA, 1992).

No ano de 1993 houve a ampliação da equipe do programa, que passou a contar com os seguintes membros: Heliene Silva de Azevedo Carvalho (coordenadora), Stela Maria Lima de Menezes (responsável pelo campo de estágio RPV), Maria Liduina de Oliveira e Silva (responsável pelo campo de estágio RPV), Verônica de Couto Abreu (responsável pelo campo de estágio FBESP) e Maria Luíza Nobre Lamarão (técnica administrativa) (PIA, 1993).

A partir de 1994 o Programa passou a contar com outros projetos de extensão, sendo estes: “Acompanhamento dos Campos de Estágio”, cujo objetivo era realizar o acompanhamento sistemático dos estudantes de graduação da FASS em seus campos de estágio; “Educação ambiental – reciclagem de papel”, que tinha o intuito de capacitar crianças, adolescentes e estudantes universitários na temática Educação Ambiental; “Assessoria à Entidades da Sociedade Civil que Trabalham com Crianças e Adolescentes”; e o Projeto “Nova Canção: transformando a melodia da vida” (PIA, 1994).

Em 1998, como parte da trajetória de consolidação das ações protagonizadas pelo PIA no campo do ensino (estágio curricular em diferentes instituições sociais) e da extensão (atendimento à criança e criança e ao adolescente em situação de risco e formação de educadores e agentes de defesa dos direitos sociais), estimulou-se a criação do Grupo de Estudo e Pesquisa da Infância e Adolescência (GEPIA), com o objetivo de realizar e divulgar experiências de trabalhos relacionados à temática, buscando tornar-se uma referência para investigação de suas particularidades na Amazônia (PIA, 2000).

Em 2000 o PIA se enquadrrou, por meio de seus projetos de extensão, nas discussões que estavam em efervescência no contexto nacional. Nesse período percebe-se que as ações passaram a ser direcionadas à discussão sobre o trabalho infantil. Por meio da Convenção nº 182 de 2000, que trata da eliminação das piores formas de trabalho infantil, o Brasil se posicionou diante dessa temática que estava latente em nível internacional. Nesse âmbito, o PIA criou o Projeto intitulado “Apoio ao Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico – TID no Pará” que tinha como objetivo dar apoio ao Enfrentamento do TID no Estado do Pará, através da capacitação de profissionais, alunos e do acompanhamento de meninas trabalhadoras domésticas, retiradas do trabalho.

A partir da segunda metade da década de 2000, fez-se notar a discussão acerca da adoção de crianças e adolescentes, culminando na alteração do ECA por intermédio da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, conhecida como "Lei Nacional da Adoção". Em que pese sua denominação, a nova lei dispõe não apenas sobre a adoção, mas sim, como evidenciado já em seu art. 1º, procura aperfeiçoar a sistemática prevista na Lei nº 8.069/90 para garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes, sem perder de vista as normas e princípios consagrados por esta Lei (DIGIÁCOMO, 2009). O PIA incorpora esse debate por meio do Projeto “Oficina dos Sonhos: construindo projetos de vida com crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente”, trabalhando essa temática por meio de oficinas socioeducativas realizadas em instituições de acolhimento.

A partir de 2012, já sob o respaldo da Política Nacional de Extensão Universitária, os projetos do PIA foram desenvolvidos baseados no processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político. Assim, após a criação dessa Política, o PIA desenvolveu os seguintes projetos: Projeto Criando Asas: ações afirmativas com crianças, adolescentes e familiares na perspectiva de direitos; Projeto AKATU na Escola: semente de um mundo melhor; Projeto Infância em Tela na Universidade e na Comunidade; Projeto EKO: construindo projetos de vida com crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e, após a rerepresentação deste, o projeto foi renomeado como Projeto EKO: formando técnicos e educadores para construção de projetos de vida com crianças e adolescentes em acolhimento

institucional, perdurando até o ano de 2020, quando sua renovação já não foi possível, por conta do contexto da pandemia de COVID-19.

No período de 2020 a 2021, marcado por um cenário pandêmico, que alterou a rotina da população mundial e trouxe repercussões de ordem econômica, social, laboral, e como consequência, o agravamento de expressões da questão social, tais como: violência doméstica, trabalho infanto-juvenil, desemprego, o PIA compreendeu a importância de dar continuidade à discussão sobre as categorias Infância, Adolescência, Família, Políticas Sociais e Direitos Humanos, requerendo, contudo, a adoção de metodologias e estratégias diferenciadas, visando o respeito aos protocolos de segurança para a não disseminação da doença do novo Coronavírus. Nesse cenário, o PIA, por meio do Projeto “Infância em Tela na Universidade e na Comunidade”, adotou o uso de plataformas digitais para o desenvolvimento de suas atividades. As atividades compreendidas no período foram: sessões virtuais de cinema com crianças, adolescentes e professores da rede pública de ensino; grupo de estudo virtual sobre a temática infância e adolescência; webinar sobre o trabalho infantil no período da pandemia da Covid-19.

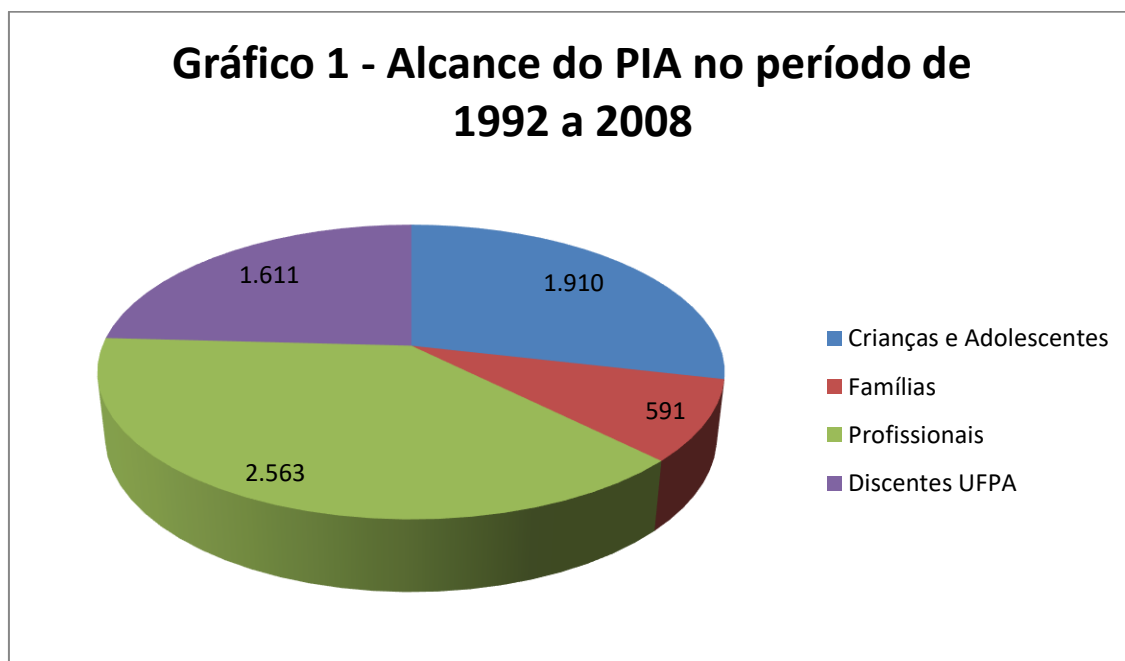
No ano de 2022, o PIA retomou suas atividades presenciais, reafirmando suas parcerias com instituições que possuem uma longa trajetória junto ao programa, assim como na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a exemplo da Instituição Lar Fabiano de Cristo e do Movimento República de Emaús. O programa também realizou novas parcerias com escolas municipais localizadas nas proximidades da UFPA Campus Belém, objetivando atingir crianças e adolescentes que estudam nessas instituições de ensino.

Face ao exposto, observa-se que as atividades realizadas pelo PIA reafirmam a extensão universitária como um processo acadêmico definido e efetivado em função da realidade. Neste sentido, essas atividades foram desenvolvidas no intuito de preservar a cultura nacional e regional, estimulando, ainda, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, assim como a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

4 PROGRAMA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM NÚMEROS: DADOS QUANTITATIVOS SOBRE O PERÍODO DE 1992 A 2022

O Programa Infância e Adolescência (PIA), durante seus 30 anos de atuação, aprovou diversos projetos voltados para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por meio destes projetos o PIA atingiu um quantitativo significativo de crianças, adolescentes, famílias, estudantes universitários e agentes de direitos de diversas instituições. Este item do trabalho se debruça sobre os dados quantitativos associados à atuação do PIA junto à comunidade interna e externa à UFPA.

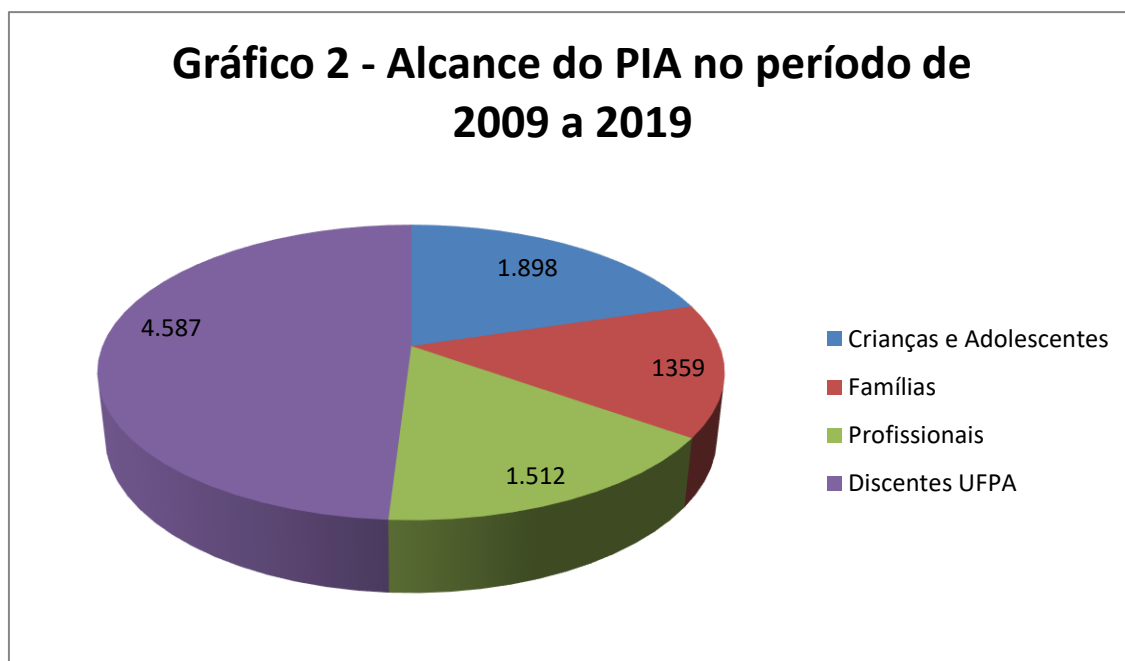
Os dados foram divididos em 03 períodos: 1992 a 2008, 2009 a 2019 e 2020 a 2022. Essa divisão se justifica em razão do primeiro período o programa estar em fase de consolidação junto à comunidade externa e interna a UFPA. No segundo período o PIA já está consolidado como programa de extensão, atingindo um número significativo de pessoas. No terceiro período, refere-se ao período da pandemia da Covid-19, momento em que as atividades presenciais foram suspensas, motivo pelo qual o Programa realizou suas atividades por meio de plataformas digitais, trabalhando principalmente com estudantes de uma Escola Estadual do município de Belém através do “Projeto Infância em Tela na Universidade e na Comunidade”.



O gráfico 1 mostra um total de 6.675 (seis mil, seiscentos e setenta e cinco) pessoas alcançadas pelo programa, por meio dos projetos vigentes no período de 1992 a 2008. No que se refere a Categoria 1 – Crianças e Adolescentes, 1.910 (um mil,

novecentos e dez) crianças e adolescentes participaram dos projetos do PIA, o que corresponde a 29% do total. Na Categoria 2 – Famílias, foram alcançadas um total de 591 (quinhentos e noventa e uma), o que corresponde a 9% do total, tendo como o menor percentual diante das outras categorias abordadas. A Categoria 3 – Profissionais, teve como resultado 2.563 (dois mil, quinhentos e sessenta e três) técnicos e educadores alcançados pelos projetos do PIA, o que corresponde a 38% do total, categoria com o maior quantitativo. A Categoria 4 – Discentes da UFPA, teve um resultado de 1.611 (um mil, seiscentos e onze) estudantes alcançados pelos projetos do programa, o que corresponde a 24% do total, tendo o segundo maior percentual nesse primeiro período.

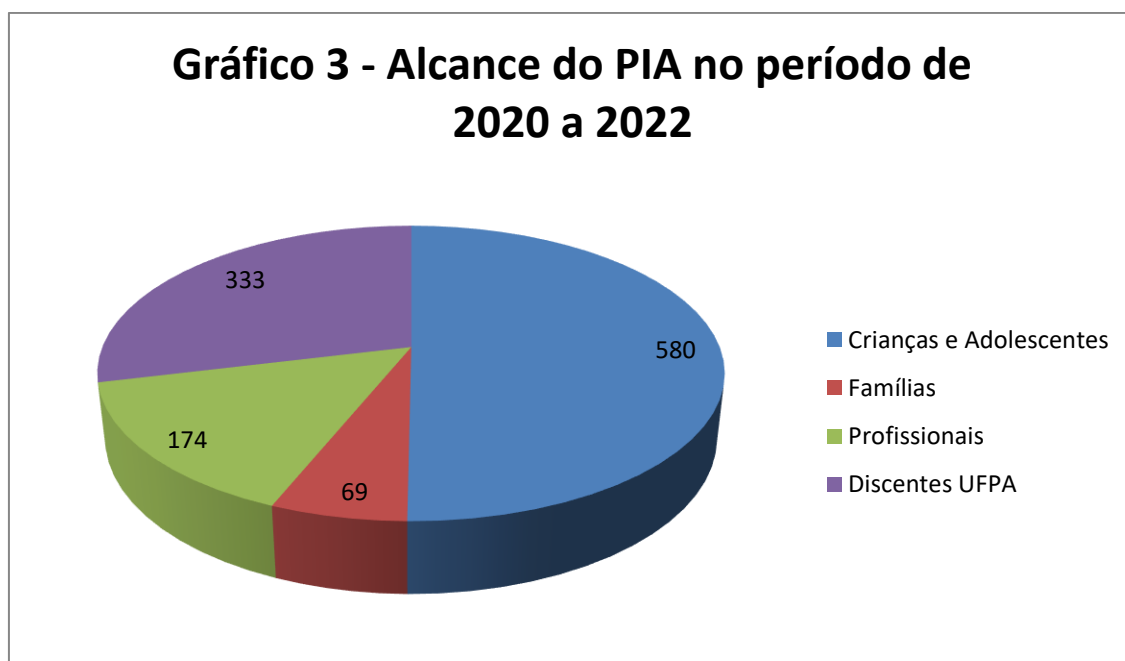
No Gráfico 2 são apresentados os dados referentes ao alcance do PIA no segundo período de atuação do programa, 2009 a 2019, tendo sido consultados todos os relatórios encontrados referentes aos projetos que estavam em vigência naquele momento.



No gráfico 02, referente ao alcance do PIA no período de 2009 a 2019, foram contabilizados um total de 9.356 (nove mil, trezentos e cinquenta e seis) pessoas alcançadas por meio dos projetos vigentes nesse período. Na Categoria 1 – Crianças e Adolescentes, foram contabilizados um quantitativo de 1.898 (um mil, oitocentos e noventa e oito) crianças e adolescentes que participaram dos projetos, o que corresponde a 20% do total, ficando com o segundo maior percentual nesse período. Na

Categoria 2 – Famílias, foram contabilizados um quantitativo de 1.359 (um mil, trezentos e cinquenta e nove) famílias que participaram das atividades propostas pelos projetos do PIA, o que corresponde a 15% do total. Na Categoria 3 – Educadores e Técnicos, contabilizou-se 1.512 (um mil, quinhentos e doze) agentes inseridos na programação, o que corresponde a 16% do total. Na Categoria 4 – Discentes da UFPA, foram contabilizados 4.587 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete) estudantes que participaram das atividades propostas pelo programa, o que corresponde a 49% do total, ficando com o percentual mais alto desse período.

Contudo, esses números tiveram uma redução expressiva no período apresentado no gráfico 03, em decorrência da pandemia da Covid-19 e a suspensão das atividades presenciais na UFPA como uma das medidas adotadas para a não disseminação do novo coronavírus.



O gráfico 03 indica 1.156 (um mil, cento e cinquenta e seis) pessoas alcançadas no período pandêmico e pós-pandêmico pelo PIA. A Categoria 1 – Crianças e Adolescentes tem o total de 580 (quinhentos e oitenta) crianças e adolescentes que participaram do único projeto vigente nesse período (Projeto Infância em tela na Universidade e na Comunidade), esse resultado corresponde a 50% do total, sendo o maior percentual do período. A Categoria 2 – Famílias, teve contabilizados o total de 69 (sessenta e nove) pessoas, o menor percentual do período, correspondendo a 6% do

total. Na Categoria 3 – Educadores e Técnicos, foram contabilizados 174 (cento e setenta e quatro) agentes inseridos nas programações do PIA, o que corresponde a 15% do total. Na Categoria 4 – Discentes da UFPA, foram apurados 333 (trezentos e trinta e três) estudantes que participaram das atividades do programa, o que corresponde a 29% do total desse período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo conhecer os 30 anos de atuação do PIA na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Foi um trabalho minucioso de transformação dessas muitas informações em dados da pesquisa, procurando estabelecer um diálogo reflexivo do objeto pesquisado com questões que marcaram o seu período na trajetória histórica da instituição e a relevância de seus escritos passados em consonância com a referência bibliográfica.

Tomando por base essas considerações, compreende-se que completar 30 anos de história para qualquer entidade ou instituição, representa uma oportunidade ímpar para uma reflexão profunda do ponto de partida em que surgiu até onde hoje se encontra na atualidade.

É válido ressaltar que a trajetória do PIA revela que houve momentos em que a conjuntura política do país refletiu diretamente nas ações desenvolvidas pelo programa, uma vez que houve cortes no orçamento das universidades, tendo como uma de suas consequências a redução de recursos financeiros e, dessa forma, redução de recursos humanos, especialmente nos últimos seis anos. Porém, registra-se o compromisso ético-político mantido em prol da defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes.

Ante ao exposto, ressaltam-se as parcerias firmadas com outras entidades e colaboradores, formando uma rede de serviço na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O PIA faz parte de uma rede cada dia mais articulada e resistente, com o objetivo maior que é defender e promover os direitos de crianças e adolescentes e de suas famílias. Essas alternativas como inovação de práticas, são meios fundamentais para a consolidação de um trabalho responsável, sem a conformação ou naturalização do que está posto. Ao abordar a experiência bem sucedida, embora com muitos

enfrentamentos de um programa de extensão, este trabalho vem a somar com as produções acadêmicas que relatam essas experiências, vislumbrando as peculiares da infância e adolescência amazônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BUVINICH, Manuel Rojas et al. (Coord.) **A infância brasileira nos anos 90**. Brasília: UNICEF, 1998.

DEMETRIO, et al. **Extensão Universitária: contribuição na defesa dos direitos da criança e do adolescente**. Seminário Nacional de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis—SC, 2015.

GONÇALVES, R. F. **Universidade e Sociedade: faces da extensão na UFPA**. UFPA, 2004.

MEC – Ministério da Educação. Departamento de Assuntos Estudantis. **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**. Brasília, 1975.

OLIVEIRA, R. G. **Infância, Cidadania e Educação: um estudo da integração das creches comunitárias ao Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, T. C. **Evolução Histórica dos Direitos de Crianças e Adolescentes com Ênfase no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. *Revista Interdisciplinar de Direito*, v.10, n.2, p. 339-358, 2013.

OLIVEIRA, C. C. **Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes: articulação em redes na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2014.

PAULA, J. A. **A Extensão Universitária: história, conceito e propostas**. *Interface: a revista da extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. **Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

PIA – Programa Infância e Adolescência. **Relatório do Programa Infância e Adolescência de 1991**. Belém, 1991.

PIA – Programa Infância e Adolescência. **Relatório do Programa Infância e Adolescência de 1992**. Belém, 1992.

PIA – Programa Infância e Adolescência. **Relatório do Programa Infância e Adolescência de 1993**. Belém, 1993.

PIA – Programa Infância e Adolescência. **Relatório do Programa Infância e Adolescência de 1994**. Belém, 1994.

PIA – Programa Infância e Adolescência. **Relatório do Programa Infância e Adolescência de 2000**. Belém, 2000.

RIZZINI, I. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

TOSCANO, G. S. **A mudança na formação pela extensão universitária**. XXVII Congreso de La Asociación Latino americana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de La Universidad de Buenos Aires. Asociación Latino americana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Relatório de Gestão 2021**. Belém: UFPA, 2022.

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba. **A Extensão no Contexto das Universidades Públicas e Particulares**. UNIMEP, 2000.

UNICEF. **Child Labour**: Global estimates 2020, trends and the road forward. New York: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/>. Acesso: 16 jan. 2023.